
Uma tradição persistente: antologias como rascunho da história da literatura

Janaina Senna

Resumo

Este artigo investiga o papel desempenhado pelas antologias literárias no contexto do Brasil oitocentista. Seguindo a orientação geral da intelectualidade da época, esses trabalhos concentraram seus esforços na produção de um patrimônio cultural brasileiro. Fizeram isso através da reunião, delimitação e estabelecimento de um corpus que, depois de devidamente ajustado e justificado, podia ser tomado como representativo da literatura brasileira produzida desde a época colonial. Dessa forma, tais antologias foram, pouco a pouco, construindo os fatos que, mais tarde, iriam servir de base para as nossas histórias da literatura.

Palavras-chave: antologias, história da literatura, literatura nacional, literatura colonial, patrimônio cultural.

A imagem que assim fabricaram ainda vive conosco e está vinculada ao que prezamos por mais nosso, mais isento dos contatos de fora.

Sergio Buarque de Holanda

Quando se pretende refletir sobre o processo de constituição de uma tradição literária brasileira, a partir de um projeto proposto, e realizado, pela história da literatura oitocentista, vê-se que esta se volta para as letras coloniais em busca de suas próprias bases de sustentação, de possíveis marcos iniciais ou pontos de origem.

Acompanhando esse interessado/interessado olhar para trás, vem a imposição de suas concepções e seus padrões de qualidade àquelas letras, enquanto se desconsidera, ou se apaga, o lastro retórico que as informava. Procedendo desse modo, a história da literatura engendra uma genealogia coerente porque encadeada por nexos de causa e consequência e, com isso, o passado colonial transforma-se, de uma hora para a outra, em anúncio remoto daquilo de que o presente oitocentista seria a melhor expressão.

Para entender melhor o procedimento desses historiadores, e seu olhar, como já disse, interessado – e, acrescento, catalogador – sobre as letras coloniais, decidi observar alguns dos textos anteriores à publicação de histórias da literatura que já ostentassem esse título. O que me importa, especialmente, é tentar atravessar os seus discursos, à cata das concepções que os fundamentavam e que, provavelmente, estabeleceram as bases das obras que, mais para o fim do século, se configuraram como Histórias da Literatura Brasileira¹. Um bom resumo de meu próprio percurso está na formulação de Jacqueline Lichtenstein:

Misturando os fios da causalidade segundo procedimentos que geralmente são mais ficcionais do que teóricos, procurar[ei] reconstruir uma trama que não é a da história objetiva, mas de uma memória necessariamente seletiva e sempre parcial: a de uma história cuja imagem deve tanto ou mais às razões do presente do que às condições do passado (LICHTENSTEIN, 1994, p. 17)

Fica claro, aí, o inevitável anacronismo dos trabalhos que se voltam para o passado. Se as “razões do presente” não deixam de preponderar sobre as “condições do passado”, que, ao menos, ao contrário dos historiadores oitocentistas, não se economize em explicitá-las de modo que as articulações discursivas em jogo deixem em evidência as dobradiças que estão ali, unindo os vários pedaços.

O período pós-independência tem como marca a espécie de missão patriótica de que se investem vários indivíduos de diferentes áreas do saber, a fim de delimitar as feições da nação emergente. Não é outro o objetivo da fundação, em 1838, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro senão o de “delinear o perfil da Nação”, para usar a expressão de Manuel Guimarães (1998, p. 6) em seu “Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional”. Essa instituição, como observa Maria Helena Rouanet (1999, p. 18), apresenta, já em sua

¹ Faço uma análise mais detida de três desses textos – *Parnaso Brasileiro*, de Januário da Cunha Barbosa; *Parnaso Brasileiro*, de João Manuel Pereira da Silva; *Florilégio da Poesia Brasileira*, de Francisco Adolfo de Varnhagen – em *Uma história gorda: algumas das primeiras antologias literárias do Brasil*. Dissertação de Mestrado. RJ: UERJ, 2001. Mimeio; esp. p. 57-89.

denominação, as duas disciplinas mais facilmente instrumentalizáveis na constituição da idéia de unidade nacional.

Acompanhando um pouco mais a argumentação da autora, o que se vê é que às funções exercidas pela história – recolher e ensinar uma genealogia – e pela geografia – desenhar e fixar o traçado do território ocupado – vem se somar a literatura, que participará desse mesmo projeto, difundindo e, principalmente, dando vida aos elementos que passarão a integrar o patrimônio comum a todo um grupo de indivíduos (1999, p. 20).

Como o meu interesse está diretamente voltado para esta última disciplina, vale pensar um pouco, mesmo que rapidamente, sobre a produção dessa época. Se o momento impelia a uma delimitação de nossos contornos, os textos então produzidos não deixaram de alardear maciçamente aquilo que acaba por se tornar o espaço privilegiado de caracterização do nacional: a natureza. Avolumam-se os poemas descritivos da natureza exuberante, cheia de palmeiras e sabiás cantando sob um céu de anil.

Mas, para estar completa, a empresa precisa adicionar um outro ingrediente a essa massa: o expurgo definitivo de qualquer possível associação com a ex-metrópole. Aí também se verifica uma profusão de textos, normalmente de exílio, que comparam os dois sítios, sempre com prejuízo europeu. O Brasil é positivado, como no famoso poema de Gonçalves Dias (“Canção do exílio”), pela extensão territorial, pelas riquezas naturais, pelo clima ameno, ou qualquer outra maravilha tropical.

Esses textos fazem isso com tamanha insistência que acabamos por nos convencer – e muito bem convencidos – da efetiva existência desse patrimônio comum, “esquecendo” que este é apenas mais uma entre tantas outras construções. Acontece ser uma verdade tão bem alicerçada que nem a questionamos; apenas a repetimos, reproduzindo-a ad eternum.

Não se chegou ainda ao objeto deste texto – a história da literatura – mas, falar da literatura produzida nessa época, mesmo que de maneira muito econômica, parece indispensável, já que, através dela, pode-se ter a medida da construção desse sistema.

Um exemplo bem evidente dos procedimentos adotados no âmbito desse projeto é o texto introdutório a *Suspiros poéticos e Saudades*, de Gonçalves de Magalhães:

O fim deste livro, ao menos aquele a que nos propusemos, que ignoramos se o atingimos, é o de elevar a Poesia à sublime fonte donde ela emana, como eflúvio d’água, que da rocha se precipita, e ao seu cume remonta, ou como a reflexão da luz ao corpo luminoso; vingar ao mesmo tempo a Poesia das profanações do vulgo, *indicando apenas ao Brasil uma nova estrada aos futuros engenhos* (MAGALHÃES, 1836, p. 41, grifo nosso).

Mesmo que Magalhães vise mais a forma e o novo modo de pensar a poesia, afastando-se da inflexível fôrma clássica, já se pode perceber, aí, a ideologia que o sustenta. Sua obra será “um novo tributo que pag[a] à Pátria, enquanto lhe não oferec[e] coisa de maior valia” (p. 45); e o faz “cheio de amor pela Pátria, de entusiasmo por tudo o que é grande, e de esperanças em Deus, e no futuro” (p. 46).

Ora, essas esperanças só podem existir porque vêm acompanhadas pela *indicação* do caminho que devem seguir os futuros engenhos. O projeto parece, então, bem configurado, especialmente quando se pensa na definição que Gilberto Velho (1994, p. 97-101) propõe para este termo, no texto "Memória, identidade e projeto": projetos são deliberações conscientes, organizadas para atingir finalidades específicas.

A partir daí cabe observar como o historiador, que vai lidar com a literatura, também participa dessa construção, exercendo uma função, em certa medida, ainda mais fundamental que a dos próprios produtores literários. É a história, e só ela, que pode dar conta de criar a sensação daquilo que Antonio Candido (1957, p. 16) diz ser necessário para a existência de uma literatura enquanto sistema, além dos elementos "autor-obra-público": *uma certa continuidade de tradição*.

Essa tradição vai ser estabelecida resgatando-se, no passado colonial, as manifestações de um sentimento que se convencionou chamar nativista, e que se constituiria em puro anúncio, inconsciente por certo, do nacionalismo que estaria por vir.

Seguindo essas premissas, os textos aqui discutidos circulam pelas mesmas esferas em busca de encontrar "por onde começar" e saber "o que incluir" (ZILBERMAN, 1995, p. 10). Os passos, no entanto, não são firmes ou seguros, mas temerosos, sabedores das dificuldades que tal empresa implica. Ninguém ousa apor o título de "História" às obras realizadas; elas serão denominadas *Parnasos, Bosquejos, Mosaicos, Meandros, Florilégios* – todos de antemão desculpados por essas designações que os desobrigam da precisão histórica.

Não é sem surpresa que encontramos, numa passagem do texto do cônego Januário da Cunha Barbosa, dirigido ao público, a precariedade de condições do trabalho desses primeiros historiadores:

A esperança em que estou de ser coadjuvado nesta empresa de glória nacional, por todas as pessoas, que possuem poesias e notícias dos nossos bons poetas, até hoje sepultados em arquivos particulares, obriga-me a pedir, que as confiem ao editor do *Parnaso brasileiro*, remetendo-as à sua morada, Rua dos Pescadores nº 112 (porte pago), onde se dará recibo para a entrega do original, depois de copiado (BARBOSA, 1829, p. 85).

A falta material, que grande prejuízo poderia causar ao trabalho, acaba virando pretexto (retórico?) para convidar o leitor a tomar parte na iniciativa de catalogação de textos e autores nacionais. Esta bem poderia ser uma estratégia inteligente de aproximação, que coloca autor e leitores em pé de igualdade, à procura de seu passado comum. Não se pode deixar de lado, é claro, o que o próprio cônego faz questão de lembrar: o estabelecimento moderno da imprensa no Brasil relegava os textos antigos à precária condição manuscrita, o que dificultava em muito o acesso a eles e sua compilação. Seja como for, esse obstáculo pode bem se tornar a desculpa ideal para o "esquecimento" de textos e autores que não se encaixassem muito bem no projeto pretendido.

Não é o caso de aprofundar, aqui, esta questão, analisando detidamente uma única antologia. Mas a hipótese que inicio desde já, e que se estende para além deste trabalho, é que a constituição do sistema literário, iniciada conscientemente no século de que estou tratando, adquiriu bases tão sólidas que conseguem se sustentar até os dias de hoje. Basta, para tanto, observar os livros didáticos utilizados em nossas escolas.

Passando a outro cômego que também se dedicou a coligir textos que, como diz Marisa Lajolo, "a falta da imprensa tinha condenado à privacidade do manuscrito" (LAJOLE, 1995, p. 37), tem-se muito a acrescentar ao argumento que aqui se desenvolve. Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro era membro do IHGB, professor do Colégio Pedro II, colaborador de revistas e periódicos de sua época, além de acumular outros cargos menos importantes para o objeto desta análise. Como se pode perceber, fazia de tudo um pouco, atuando nas mais diversas frentes, o que o habilitava como arauto da idéia que despontava na ordem do dia, qual seja, a da afirmação da nacionalidade.

Dirigindo-se à "juventude estudiosa" (expressão dele) podia, melhor do que ninguém, aplicar uma "pedagogia da nacionalidade", como designa Maria Helena Rouanet a atividade dos intelectuais oitocentistas, preocupados em "reunir conhecimentos considerados *úteis*, uma vez que o brasileiro manifesta[va] não apenas ignorância das 'coisas do Brasil', mas também – e talvez principalmente – um profundo descaso a este respeito" (ROUANET, 1996, p. 9-10).

Seu *Meandro poético*, trabalho, segundo Machado de Assis, de paciente compilação, "arado [...] útil para as terras literárias" (apud MOREIRA, ZILBERMAN, 1998, p. 324), cumpre com eficiência a tarefa de juntar num só volume os poetas nacionais, acrescentando-lhes breves notícias biográficas para que a juventude fique a par da vida e da obra desses varões ilustres que podem lhe servir de exemplo. Nas palavras do cômego, esta sua obra seria "mais um livrinho elementar" dedicado "aos nossos jovens compatriotas, sobre cujas louras cabeças adejam as esperanças do Brasil" (p. 327).

No entanto, a primeira observação que se pode fazer quanto ao elenco escolhido pelo cômego é a exclusão dos séculos iniciais da colonização, iniciando-se a sua antologia no recente século XVIII. Em texto posterior, o *Resumo da história literária* (1871), fica um pouco explicada essa atitude pois, sobre o século XVI, o cômego tenta provar que ninguém poderia cogitar de letras em função das condições precárias de subsistência na colônia (p. 203)². No século XVII, a situação um tanto deplorável das letras coloniais é atribuída à "perda da nacionalidade" – já que os jesuítas introduziram no país o teatro clássico em prejuízo das lendas seculares que certamente levariam às grandes criações épicas (p. 205) –, e também ao abandono da "longínqua colônia, que, entregue às suas próprias e mesquinhas forças, nada podia fazer para a cultura do espírito" (p. 209). Mesmo nesse meio inóspito e agreste, porém, alguma produção houve e, como caberia a um trabalho de maior fôlego que o anterior, o cômego passa por elas, deixando-nos suas impressões a esse respeito.

Retomando o *Meandro poético*, verifica-se que, à escolha do elenco, acrescenta-se ainda uma outra seleção importante: a dos textos. Pode-se

² Afirmação nada original pois é quase literalmente isso o que escreve Ferdinand Denis em seu *Résumé* de 1826: "É completamente ocioso pretendermos descobrir poetas, antes do princípio do século XVII, que tenham merecido honrosa citação. Os primeiros tempos, após o Descobrimento, foram gastos em tantas atividades guerreiras e tão penosos trabalhos, que não houve quem se ocupasse, em especial, da literatura propriamente dita" (p. 41-42).

dizer dela apenas o que já pelos autores se pressagia. Tratando-se de obra didática, os temas escolhidos para a formação das "louras cabeças" não podem ser outros senão a nacionalidade e a contrição religiosa. Assim sendo, é possível entender as exclusões, por exemplo, de Gregório de Matos e sua "Boca do Inferno", e de Tomás Antônio Gonzaga e suas pastoris líras clássicas.

Um interessante caminho a ser trilhado seria observar nas várias antologias, textos introdutórios, notícias, etc., aqueles, entre os autores e textos selecionados e excluídos, a quem se continua a atribuir valor literário até os dias de hoje e quem foi posteriormente recuperado pelas reviravoltas das concepções.

Mas, por ora, limito-me a levantar um outro aspecto da antologia de Fernandes Pinheiro, que me interessa particularmente, qual seja, a própria forma que passará a integrar as futuras histórias da literatura. "É como se a *organicidade* [da história da literatura] se exercesse como forma de legitimação do que foi salvo e preservado nas antologias", escreve Marisa Lajolo (1995, p. 18), evidenciando as relações fundamentais que se estabelecem entre esses dois gêneros.

De *corpus*, acrescenta ainda a autora, desta feita invocando Carpeaux, a antologia se transforma em cânon:

[cria-se], assim, [um] curioso círculo de retroalimentação: a história literária que se organiza a partir de uma antologia sanciona os textos da antologia como *corpus* representativo. Por outro lado, os textos constantes da antologia tornam-se o limite da reflexão histórica que, alicerçando-se neles, canoniza-os (id., ib.).

Além dessa aproximação, convém pensar também na própria mecânica que preside a composição de uma antologia. O material selecionado, de forma necessariamente arbitrária, diz respeito a um projeto idiossincrático no qual os elementos só podem ser relacionados pelos nexos construídos *a posteriori* por aquele que os reuniu; e a unidade só se constrói porque há amarras (como o título) seguradoras da visão de conjunto. Emmanuel Fraisse sintetiza essa espécie de gênero:

[...] os atos de seleção, extração, colagem e reunião que presidem [...] a elaboração [de uma antologia] implicam a definição de uma forma e de uma ambiência incessantemente renovadas. O mesmo se dá com o aparato de acompanhamento redigido, [tais como] prefácios, posfácios, notícias de apresentação e, naturalmente, com a ilustração, a dimensão, o aspecto externo da antologia, que constituem uns tantos indícios de suas intenções iniciais e dos públicos por ela visados (FRAISSE, 1997, p. 3-4).

Mesmo a partir dessa exposição apressada, já se pode notar a importância dessa forma para o trabalho historiográfico. Não é à toa que muitos dos textos dos primeiros intelectuais que se propõem a tarefa de fundar a historiografia literária serão antologias. E todas elas precedidas, como convém, das explicações necessárias a seu bom entendimento e proveito.

Joaquim Norberto e Émile Adet (1844, p. 109), na mesma maré, também se ocupam em reunir um *Mosaico poético*, aliás, cronologicamente anterior ao *Meandro* de Fernandes Pinheiro. No texto introdutório sobre a literatura nacional, percebem-se as proposições que guiam o trabalho dos dois autores. A primeira delas – “[a necessidade que têm os povos] de se embeber[em] nos conhecimentos dos primeiros passos de sua infância” –, bem recorrente em textos dessa fase, aponta a “exigência” de busca das origens, a necessidade de datar o nascimento da literatura do/no Brasil.

Em seguida, a preocupação em compilar as produções “disseminadas e desamparadas à poeira dos anos, [...] condenadas ao [sic] olvido, por parecerem não ter mais que uma limitada importância, e que no entanto, reunidas que sejam, formarão o corpo de toda uma literatura!” (p. 109-110). Uma tarefa de glória nacional, portanto, e que será desfrutada pelas agradecidas gerações futuras.

A tais proposições, acrescenta-se o discurso que, não sem razão, repete os lugares-comuns românticos, laudatórios da cor local.

[A literatura primitiva do Brasil] prospera de dia em dia, [...], sob a influência do espírito de conquista e da civilização, e igualmente desabrocha cheia de frescura e de alento, como uma flor agreste de suas matas em torno ao pomposo alardear dessa natureza dos trópicos e sob o grandioso esplendor azular do céu (p. 109).

Já no *Florilégio da poesia brasileira*, antologia publicada por Varnhagen alguns anos depois do *Mosaico*, de Norberto e Adet, os procedimentos ali apenas apontados estão todos explicitados:

O leitor perdoará a pretensão do título que vai no rosto. Intitulamos este livro – *Florilégio da poesia brasileira* – mas repetimos que não queremos por isso dizer, que oferecemos o melhor desta, porém sim (com alguma exceção) o que por mais americano tivemos. Escolhemos as flores, que julgamos mais adequadas para o nosso fim, embora seja alguma menos vistosa, outra peque por alguns espinhos, esta não tenha aroma, aquela pareça antes descorada orquídea e aquela outra uma parasita criada com a ajuda de seiva alheia, etc. (VARNHAGEN, 1850, p. 225).

O texto não poderia ser mais claro. É ele, Varnhagen, quem escolhe o que deve ser reunido, segundo o que lhe parece mais *americano* e, portanto, nosso patrimônio comum. Aqui não se esconde ou omite a deliberação consciente, para retomar a conceituação de Gilberto Velho, de organização de um *corpus* para atingir uma finalidade específica. Não se deixe, porém, de assinalar que esta explicitação da seleção se acompanha, em Varnhagen, da “repugnância” por ele experimentada diante do “peso da responsabilidade” que representa esta função de “juiz” (p. 4).

Este é, em linhas bem gerais, o trajeto percorrido pelas primeiras antologias literárias no Brasil. Sem tentar juntar os diversos fragmentos observados, ou propor um (im)possível desfecho para as questões aqui levantadas, apenas aponto para a necessidade de se analisarem com mais atenção esses textos iniciadores e fundadores de uma tradição tão persistente.

Abstract

This text investigates the role of literary anthologies in Brazilian nineteenth century. Following the general orientation which underlies the intellectual context of the time, these works concentrate their efforts on building a cultural patrimony by assembling, delimiting and setting up a corpus that, after being adjusted and justified, could be taken as representative of the national literature produced in this country since the colonial period. Therefore, the anthologies gradually constructed the facts which would later serve as the basis of our literary histories.

Keywords: anthologies, literary history, national literature, colonial literature, cultural patrimony.

Referências

- ADET, Émile; SILVA, Joaquim Norberto de S. Mosaico poético: poesias brasileiras antigas e modernas, raras e inéditas, etc. In: SOUZA, Roberto Acízelo Q. de (Org.). *Historiografia literária brasileira: textos fundadores*. p. 109-119. Não publicado.
- BARBOSA, Januário da C. Parnaso brasileiro. In: MOREIRA, Maria Eunice; ZILBERMAN, Regina (Org.). *O Berço do cânone: textos fundadores da história da literatura brasileira*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998. p. 75-88.
- CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira*. 5. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975. v. 1.
- FRAISSE, Emmanuel. *Les anthologies en France*. Paris: PUF, 1997.
- GUIMARÃES, Manuel L. S. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988.
- LAJOLO, Marisa. O cônego Fernandes Pinheiro, sobrinho do Visconde, vai à escola. In: MOREIRA, Maria Eunice; ZILBERMAN, Regina (Org.). *História da literatura e literatura brasileira. Cadernos do Centro de Pesquisas Literárias da PUCRS*, Porto Alegre, v. 1, n. 2, p. 37-49, jun. 1995.
- MAGALHÃES, Gonçalves de. *Suspiros poéticos e saudades*. 6. ed. Brasília, DF: UnB, 1999.
- PINHEIRO, Joaquim C. Fernandes. Meandro poético. In: MOREIRA, Maria Eunice; ZILBERMAN, Regina (Org.). *O Berço do cânone: textos fundadores da história da literatura brasileira*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998. p. 319-342.
- _____. Resumo da história literária. In: SOUZA, Roberto Acízelo Q. de (Org.). *Historiografia literária brasileira: textos fundadores*. p. 199-217. Não publicado.

ROUANET, Maria Helena. Crítica e história da literatura no século XIX: verso e reverso da mesma moeda? *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 31, n. 4, p. 7-13, dez. 1996.

_____. Nacionalismo. In: JOBIM, José Luís (Org.). *Introdução ao Romantismo*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. p. 9-30.

VARNHAGEN, Francisco A. de. *Florilégio da poesia brasileira*. Rio de Janeiro: Publicações da Academia Brasileira de Letras, 1946. 3 v.

VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1994.

ZILBERMAN, Regina. A Fundação da literatura brasileira. In: MOREIRA, Maria Eunice; ZILBERMAN, Regina (Org.). *História da literatura e literatura brasileira. Cadernos do Centro de Pesquisas Literárias da PUCRS*, Porto Alegre, v. 1, n. 2, p. 7-13, jun. 1995.